

Deputado propõe fim das cotas para transexuais, e advogada rebate: “o Estado não vê pessoas trans como parte da sociedade”

Rodrigo Amorim (PSL) apresentou na ALERJ um PL que extingue reserva de vagas em concursos públicos para transexuais e travestis, incluindo ingresso em universidades

Rio - O deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL) deu entrada no PL 1042/2019, que proíbe reserva de vagas para candidatos transexuais, travestis, intersexuais e não binários em concursos públicos, incluindo ingresso em universidades públicas. No texto, ele pressupõe o sistema de cotas como algo que “divide negativamente” a sociedade. “As cotas definidas exclusivamente pelo gênero não correspondente ao sexo biológico do indivíduo possuem o potencial de corromper as instituições onde são aplicadas, aniquilando o valor do mérito acadêmico”. A advogada e militante transexual Maria Eduarda Barbosa rebateu o projeto, afirmando ser inconstitucional, tratando-se de uma perseguição ao público LGBTQI+.

Amorim também aguarda o parecer da Comissão de Constituição e Justiça do PL n° 331/2019, proposto em abril deste ano. Este restringe a participação de atletas trans em competições esportivas no estado do Rio. No texto, o critério biológico é fortemente defendido pelo autor. “Pelo fato de terem nascido homens, o corpo foi moldado com auxílio do hormônio masculino testosterona. Já as mulheres atletas, não têm esse direito de uso do referido hormônio masculino para aumento de capacidade corporal”.

Eleito em 2018 com mais de 140 mil votos, Amorim ficou conhecido por destruir a placa com o nome da vereadora Marielle Franco, conhecida defensora da causa LGBTQI+ assassinada em março de 2018. O parlamentar também tem no currículo passagem pela Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos do Município de Nilópolis, na Baixada Fluminense.

A advogada transexual e ativista LGBTQI Maria Eduarda Barbosa, integrante do [Grupo Pela Vidda](#) no Rio de Janeiro, falou sobre os projetos de lei em andamento na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro (ALERJ), de autoria do deputado Rodrigo Amorim (PSL).



Maria Eduarda Barbosa, advogada transexual e ativista LGBTQI, integrante do Grupo Pela Vidda no Rio de Janeiro

Quais você acredita que sejam os fundamentos e motivações do deputado para esses projetos?

Maria Eduarda: Eles se baseiam na ideia de meritocracia em relação ao PL que pretende proibir cotas para pessoas transexuais e ao que pretende proibir pessoas trans de competir em disputas desportivas estabelecendo apenas o critério biológico. Diria que há uma perseguição dos setores conservadores tal como o PSL em trazer leis que prejudiquem ou retirem direitos das pessoas transexuais por puro pensamento extremista ideológico. Além disso, fazer um projeto para restringir direitos de pessoas vulneráveis contra os direitos humanos dessa população é a meu ver inconstitucional, pois criar leis para restringir direitos tem caráter eminentemente discriminatório, porque ferem o próprio princípio constitucional da isonomia e da não discriminação.

Em que medida o fim das cotas em concursos públicos pode afetar a população transexual do Rio de Janeiro?

Maria Eduarda: A questão principal de cotas para população trans segue o princípio da reparação histórica, equidade, sendo uma política afirmativa similar a cota racial conferida a população negra. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a população de mulheres transexuais e travestis que vive exclusivamente da prostituição chega a 90% e o número de transexuais nas universidades chega 0.02%*. Um dos grandes problemas é a expulsão do âmbito escolar e de casa.

A população transexual tem conseguido ter acesso às universidades com ajuda de incentivos e políticas afirmativas. Se o Estado corta tais políticas afirmativas e proíbe qualquer tipo de cota,

ele sinaliza que não vê pessoas transexuais como pessoas parte dessa sociedade. Na minha visão é um ataque direto da ala conservadora da ALERJ as pessoas transexuais e travestis.

Por que é importante reservar cotas para essa população? O sistema vigente dá conta?

As políticas de equidade é o que conferem maior acesso das populações vulneráveis em relação a espaços de maioria branca e cis gênero privilegiada. Há políticas, por exemplo, na Universidade Federal Fluminense, que oferecem cotas nos cursos de pós graduação, tem política de nome social e uso de banheiros públicos conforme gênero auto identificado. Se não pensarmos em incluir pessoas transexuais, negras e com deficiência na sociedade, estamos promovendo injustiça social e traindo o mandato público que deveria ser para servir a população, e não apenas uma parcela. As pessoas transexuais, com as cotas, podem ter acesso a uma formação tantas vezes negadas pelo grau de exclusão, preconceito e estigma em que são vítimas diariamente. [Sem falar que o Brasil ainda é o local que mais mata travestis e transexuais no mundo.](#)

Sobre o PL 331/2019, qual seriam as consequências para atletas trans que já estão competindo em desportos, e para seus clubes?

Maria Eduarda: A meu ver, podem ser sérias. Essa lei, caso aprovada, seguirá de base para promover uma verdadeira exclusão das pessoas trans dos esportes ignorando o que determina o Comitê Olímpico Internacional sobre os critérios para transexuais poderem participar de competições na categoria feminina, que hoje permite tranquilamente a participação dentro dos critérios estabelecidos, que é ter 2 mg de testosterona. É um ataque às pessoas transexuais, fruto do projeto político que se instaurou no Brasil de ódio às minorias.

No texto do PL, é citada a fala da atleta Ana Paula Henkel. Esse argumento é relevante para o debate, e pode ser colocado como exemplo para o caso?

Maria Eduarda: Trata-se de uma falácia. É semelhante ao caso da jogadora Tiffany Abreu, que é uma atleta abaixo da média, e sofre pura transfobia das demais jogadoras. É comprovado que as mulheres transexuais em tratamento têm perda de massa muscular e densidade óssea, perdem força física dada a baixa testosterona. Não há vantagem quando analisando o desempenho de Tiffany comparado com a Tandara, por exemplo. Já há um projeto similar tramitando em São Paulo, e o medo é que isso vire uma febre e cause mais preconceito e estigma nas atletas transexuais que não poderão competir.

Por Edda Ribeiro

[Aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres trans ainda é polêmica](#)

Apesar de boa parte dos crimes serem cometidos por causa do desprezo à mudança de gênero, decisões judiciais não estão uniformizadas

[\(Metrópolis, 28/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O preconceito foi responsável pelo assassinato de 63 travestis e transexuais apenas no primeiro semestre de 2019. O levantamento é da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que luta pelos direitos desses grupos, e leva em consideração apenas os episódios noticiados pela mídia. E, entre as cruéis mortes, estão casos de transfeminicídios.

Criado pela socióloga Berenice Bento, que estuda o assunto há 20 anos, o conceito de transfeminicídio é necessário para [diferenciar o crime de um feminicídio](#), apesar de os dois terem, em sua raiz, o [ódio contra o sexo feminino](#) e o desprezo pela condição de ser mulher.

“Nos casos contra as mulheres, a agressão acontece em casa, pelo companheiro ou ex-companheiro, e o caso acaba com o autor preso e processado. Em contrapartida, as mulheres trans são assassinadas na rua, por [desconhecidos, em crimes bárbaros](#) que, em 90% dos casos, não chegam à Justiça”, conta Berenice, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Outra diferença considerável, diz a socióloga, é o próprio luto. As mulheres, de maneira geral, têm velório, uma família que chora, a sociedade que demanda justiça. No caso das mulheres trans assassinadas, muitas vezes, não há ninguém para reconhecer o corpo, e elas acabam enterradas como indigentes.

De acordo com Keila Simpson, presidente da Antra, também há casos em que elas são [assassinadas pelos ex ou atuais companheiros](#) ou por relacionamentos ocasionais que ocorrem por razões de gênero. “Para além disso, no caso específico do transfeminicídio, percebemos que o autor está, na maioria das vezes, matando o feminino que a pessoa apresenta e ostenta. Os crimes são realizados com requintes de crueldade. Ele não dá um tiro, dá 10”, explica Keila.

Berenice conta que é uma [morte ritualizada, violenta, em que se esquarteja](#), joga-se o [corpo em uma lata de lixo ou ribanceira](#). “O autor está passando várias mensagens, entre elas a de que não é aceitável que um homem, em posição de poder, faça a transição para o lugar do frágil, do penetrável, do matável. Estão matando os traidores que abandonaram o poder. É um recado”, afirma.

O caso da mulher trans em Campinas (SP) que teve o coração arrancado e trocado por uma imagem sacra, segundo a presidente da Antra, deixa isso muito claro. O assassinato aconteceu em janeiro de 2019. “Ele era um demônio, eu arranquei o coração dele. É isso. Não era meu conhecido”, afirmou Caio Santos de Oliveira, o assassino confesso de Quelly da Silva.

Amparo legal

Em maio de 2018, uma decisão inédita da Justiça do Distrito Federal indicou que os casos de violência doméstica contra mulheres trans podem ser julgados na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e elas devem ser abarcadas em medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Raquel Almeida Duarte foi [atacada pelo ex-namorado por ciúmes](#), precisou ser internada e passar por uma cirurgia. O juiz de primeira instância negou que o agressor fosse processado de acordo com a Lei Maria da Penha, alegando que a legislação defendia apenas mulheres que nasceram com corpo feminino. Os advogados da mulher trans entraram com recurso.

A 1ª Turma Criminal revisou a sentença e reverteu a decisão, afirmando que “liberdade de gênero não se prova”. “Além disso, uma vez que se apresenta dessa forma, a vítima também carrega consigo todos os estereótipos de vulnerabilidade e sujeição voltados ao gênero feminino, combatidos pela Lei Maria da Penha”, diz a decisão.

Em abril do mesmo ano, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) abriu o primeiro inquérito para investigar uma tentativa de feminicídio contra uma mulher transexual. O caso aconteceu em Taguatinga Norte e foi investigado pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes de Intolerância (Decrin).

A juíza Fabriziane Zapata, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Riacho Fundo, considera que a Lei Maria da Penha se aplica a todo tipo de violência baseada em gênero cometida contra a mulher.

“Em relação à vítima transexual, discute-se se a lei teria utilizado um critério biológico ou um critério sociopsicológico. Existem algumas decisões que negam a aplicação da Lei Maria da Penha à vítima transexual feminina. Mas, por outro lado, há decisões no país, inclusive aqui no DF, determinando que a transexual feminina seja sim protegida pela Lei Maria da Penha”, afirma. O Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica (Fonavid) tem o entendimento de que a lei se aplica às vítimas trans.

Com o objetivo de deixar a legislação ainda mais clara, em maio de 2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei 191/2017, que pretende ampliar o alcance da Lei Maria da Penha e garantir proteção às mulheres trans. Em seu parecer, a senadora Rose de Freitas (Pode-ES), relatora da matéria, escreveu: “Somos pela conveniência e oportunidade de se estender aos transgêneros a proteção da Lei Maria da Penha”. O assunto agora passa para a deliberação do plenário da Casa.

No caso do feminicídio, a lei fala em crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, o que abre lacunas para diferentes interpretações. Porém, há casos em que a Justiça entende a mulher trans e as circunstâncias da morte como sujeitas à aplicação da lei.

“É um caminho para usarmos a lei que existe e fazer valer nossos direitos. Seguimos trabalhando para a criação de uma legislação específica”, diz Keila. Apesar de ser importante contar com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, a Antra entende que um tipo legal feito para qualificar os crimes contra transexuais e travestis é essencial para garantir punição apropriada para os agressores e para coibir essas situações. “No Brasil, a população se sensibiliza mais com um animal que morreu na estrada do que com o assassinato de uma pessoa trans. Só nós sabemos e sofremos por essas vítimas. A sociedade precisa enxergar esses crimes”, afirma Keila.

Berenice, em contrapartida, não acredita que uma nova lei vá resolver o problema. “A violência de que estamos falando é a ponta, o fim, o assassinato cruento. Mas este corpo que morreu é marcado pelas violências institucionalizadas e não institucionalizadas que sofreu a vida inteira. Foi expulso de casa, expulso da escola, não consegue entrar no mercado de trabalho. É preciso entender que existem múltiplas formas de exercer o gênero e que as pessoas têm, sim, direito a mudar.”

Por Juliana Contaifer

[Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans do Brasil falam sobre seus mandatos](#)

Elas foram as primeiras pessoas trans eleitas no país e garantem: “nossa luta prioritária é o direito à vida das mulheres trans”.

[\(AzMina, 29/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Dia 29 de janeiro é o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Data que marca a luta por direitos e respeito, este ano ela ganha também razões para celebração: pela primeira vez, o Brasil conta com representantes transexuais eleitas nas assembleias legislativas do país.

Elas são três: Robeyoncé de Lima, deputada estadual eleita pela chapa coletiva Juntas, em Pernambuco; Erika Hilton, do mandato estadual coletivo da Bancada Ativista, em São Paulo; e Erica Malunguinho, deputada estadual pelo Psol, também em São Paulo.

A Revista AzMina conversou com duas delas sobre seus mandatos e a necessidade de visibilidade para as pautas trans no Brasil.

“A nossa pauta prioritária é lutar pelo próprio direito da vida das mulheres trans”, diz Robeyoncé de Lima. Aos 30 anos e no seu primeiro mandato como deputada, a advogada e professora pernambucana não elege motivos para comemorar o Dia Nacional da Visibilidade Trans.

“Somos o país que mais mata LGBTs no mundo e o principal direito da gente, que é o direito da vida, está sendo retirado. Não adianta termos nome social durante o dia e sermos mortas à noite enquanto saímos para trabalhar”, diz, se referindo aos transexuais que trabalham com prostituição. Para ela, a profissão continua sendo uma das únicas opções de trabalho para essa população.

Unida a Erica Malunguinho e Erika Hilton, o plano é mudar as estatísticas do país, que evidenciam que a cada 48h uma pessoa trans é morta no Brasil. Essa estatística coloca o Brasil no posto de país onde mais são assassinados travestis e transexuais no mundo.

Para além dos números, a brutalidade das mortes evidencia o nível de ódio a essa população. Na semana passou foi noticiada a morte de uma travesti em Campinas, interior de São Paulo, que teve o coração arrancado e guardado dentro de uma caixa pelo assassino confesso, que justificou o crime alegando que a vítima era um “demônio”.

Preservar direitos é prioridade

Para a codeputada eleita pela Bancada Ativista em São Paulo, será difícil avançar em novas propostas para a classe LGBT e é importante manter-se em alerta. “Será muito complicado alcançar novas dimensões para esta comunidade e precisamos nos atentar pelos direitos já garantidos para que eles não sejam perdidos. A minha preocupação é com a preservação

desses direitos conquistados”, diz.

Erika Hilton ficou conhecida nacionalmente por lutar pelos direitos das pessoas trans após travar uma disputa com uma empresa de ônibus da cidade de Itu (interior de São Paulo), sua cidade natal. Em 2016, na época com 22 anos, a empresa se recusou a imprimir seu nome social no bilhete do ônibus.

Após duas petições online, ela ganhou a batalha. A partir de então começou a receber convites para palestras, depois se filiou ao Psol, candidatou-se a vereadora e, posteriormente, recebeu o convite da Bancada Ativista, na qual divide o mandato com mais oito deputadas.

“Ocupar esses espaços extremamente machistas e patriarcais é muito significativo. Nossos corpos chegarem, pela primeira vez na história, dentro de espaços de poder como o Congresso e assembleias legislativas significa dar voz às pessoas que vivem nas ruas, as marginalizadas, para que sejam ouvidas. Elas elegeram mulheres que representam a voz de uma população massacrada, esquecida, de uma população que vive em estado de exceção e extermínio”, afirma.

“Não podemos militar se formos cadáveres”

Recentemente, a comunidade LGBT sentiu a perda de Jean Willys (Psol), primeiro deputado federal assumidamente gay a levantar as bandeiras do movimento no Congresso. Ele desistiu de assumir o seu terceiro mandato parlamentar por ser alvo de ameaças de morte. Segundo a assessoria do parlamentar, o número de ameaças a Jean, que há um ano andava com escoltas de seguranças armados e em carros blindados, cresceram após o assassinato da vereadora Marielle Franco, em março do ano passado.

Para a codeputada Robeyoncé, a decisão de Jean é a prova de que a política institucional, definida por ela como machista, LGBTfóbica e patriarcal, tenta excluir a população LGBT. “Fazem com que a gente escolha entre a nossa vida e a vida parlamentar, e Jean, corretamente, preferiu o direito à vida. Não conseguiremos fazer militância enquanto o nosso corpo político for cadáver a quatro palmos da terra”, diz a deputada fazendo menção à Marielle, mulher negra e lésbica.

Rosto de muitas gentes

Eleita como a única transexual na lista das 55 candidaturas divulgada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (as outras duas são parte de candidaturas coletivas), Erica Malunguinho da Silva, carrega, também o feito de ser a primeira transexual eleita a deputada estadual em São Paulo em 180 anos da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Lá ela pretende lutar também por mais presença de minorias na política.

A reportagem não conseguiu contato com Erica, mas em suas redes sociais a deputada enfatizou que a “Assembleia contará, daqui para frente, com um rosto que não é um rosto só, é o rosto de muitas gentes. Povo preto, índio, mulheres cis e trans, homens cis e trans, gentes que amam iguais e/ou diferentes, migrantes e imigrantes que aquilombaram seus votos neste rosto, que é a soma de todos os rostos que existem na resistência”, publicou um dia após receber seus 55,2 mil votos.

Amanda Célio